



O TEMA DE ESTUDO E O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Leonardo Dirceu de Azambuja
leonardodirceuazambuja@gmail.com

Professor Doutor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Endereço: Rua Vaz Caminha, 837. Bairro Zona 2. CEP 87010-420. Maringá/PR.

RESUMO

A renovação da Geografia Escolar requer uma perspectiva temática para a organização e realização das práticas de ensino-aprendizagem. Para essa desejada renovação não é suficiente diversificar materiais e atividades didáticas. É preciso projetar estratégias de ensino por meio de metodologias que articulem ciência e realidade elaborando a dimensão sociohistórica dos conteúdos escolares. As referências são as metodologias de ensino-aprendizagem coletivas, cooperativas, temáticas e sintonizadas com o paradigma da construção social do conhecimento escolar. Portanto, tem-se a questão do tema como um dos elementos fundantes dessa nova didática. Compreender o que é e como se define o tema na relação ciência, conteúdo escolar e realidade e mais, como essa compreensão se dá na especificidade ou na dimensão de conteúdo-forma de ensino-aprendizagem de Geografia na Educação Básica é um pressuposto necessário. A questão do tema é então a centralidade da reflexão sugerida neste artigo.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino de Geografia, Educação Básica, Tema de estudo.

THE THEME OF STUDY AND THE GEOGRAPHY TEACHING AT BASIC EDUCATION

ABSTRACT

Renewal of School Geography requires a thematic perspective to organize and execute practices of teaching-learning. For this desired renewal, it is not enough to diversify materials and didactic activities, but design strategies of teaching through methodologies that combine science and reality, elaborating a social-historical dimension of the school contents. The references are the teaching-learning methodologies that are collective, cooperative, thematic and tuned with the paradigm of social construction of the school knowledge. Therefore, the issue of the theme is one of the key components of such new didactic approach. To comprehend what it is, and how one defines the theme correlating science, content and reality, as well as how this comprehension works either at specificity or in the dimension of content-form of teaching-learning of Geography at Basic Education is a necessary assumption. The issue of the theme is then the center of the discussion in this text.

KEYWORDS

Geography Teaching, Basic Education, Theme of study

Introdução

A Geografia Escolar contém escolhas estabelecidas, previamente, em relação aos conteúdos curriculares. As definições escalares e temáticas desses conteúdos estão expressas nos manuais didáticos, vetores principais dos currículos oficiais ou oficializados pelo Estado. Os manuais apresentam unidades, capítulos ou seções sobre o Brasil em cada uma das áreas temáticas definidas pela Geografia Clássica, sobre as três ou as cinco regiões brasileiras, sobre cada um dos continentes, ou ainda, sobre a Geografia Física e sobre a Cartografia Escolar.

Na Escola essa organização curricular é orientadora das práticas de ensino. Os tempos e espaços da organização escolar, as condições profissionais, intelectuais e materiais de trabalho dos professores podem constituir obstáculos ou trazer dificuldades para fazer diferente, para produzir rupturas necessárias. No entanto, na sociedade atual, na qual o meio é cada vez mais ciência, tecnologia e informação, a Escola está desafiada para a superação das práticas de ensino de conteúdos pré-estabelecidos, prontos para serem repassados aos alunos.

A superação da Pedagogia Tradicional, marcadamente conteudista, não quer significar uma Escola sem conteúdo, mas sim, uma Escola onde o conteúdo seja meio e

não fim em si mesmo, trabalhado com a finalidade formativa do sujeito, não meramente informativa ou com prioridade para a aquisição de informações. É preciso praticar a didática da Geografia desafiadora e criadora do raciocínio e da elaboração da análise geográfica. A análise geográfica inclui a apropriação de informações mas, principalmente, inclui a reflexão sobre as conexões socioespaciais, histórica e espacialmente situadas.

A dimensão formativa precisa ser predominante na definição curricular da Geografia Escolar. Assumir essa finalidade sugere a elaboração e a realização do ensino-aprendizagem por meio de metodologias sintonizadas com paradigmas de ensino-pesquisa ou da construção social do conhecimento escolar. As formas organizativas identificadas como projeto de trabalho, unidade temática, situação de estudo/ problema e estudo do meio são alternativas, pelas quais os sujeitos são desafiados para a elaboração e apropriação recriada do saber escolar. São metodologias de ensino que oportunizam práticas cooperativas, coletivas e participativas.

As formas indicadas, de planejamento do ensino, colocam como necessidade a definição temática, ou seja, a identificação de temas de estudo relacionados com o saber da ciência e com a realidade. Fazer essa escolha é essencial para a renovação didática desejada. Coloca-se então a necessidade de refletir sobre o tema de estudo: o que é e como se define o tema de estudo? E sobre como o tema assume a estratégia integradora e organizadora do processo de ensino-aprendizagem. O presente artigo, objetiva refletir sobre este foco, o tema de estudo.

Sobre o tema de estudo e a Geografia

Para explicitar os procedimentos didáticos para o ensino renovado da Geografia Escolar é pertinente refletir sobre o tema de estudo, enquanto o recorte que se faz da realidade para identificar a parte a ser estudada, pesquisada. Para isso é oportuno referenciar alguns elementos metodológicos que fundamentam a interpretação da realidade. Cabe destacar algumas questões orientadoras desta reflexão, tais como: o que é realidade? O que é concreticidade ou pseudoconcreticidade? O que é a parte e o que é o todo? Ou, o que é a totalidade concreta?

A palavra realidade está presente em falas de professores da Educação Básica, sugerindo que os conteúdos escolares precisam interagir com a vida ou com o meio sociohistórico. Mas qual realidade está sendo referida? Kosik (1976) trabalha a

concepção de aparência e essência. Define a visão primeira como a aparência fenomênica ou como o fenômeno. O fenômeno em si não é a realidade, não representa a concreticidade e, sim, o que chama de pseudoconcreticidade.

Mas então, o que é a realidade na dimensão concreta ou que expressa a concreticidade? O entendimento é o de que a realidade inclui o fenômeno ou as formas aparentes, mas também a essência, ou seja, o movimento ou as relações sociohistóricas ou socioespaciais. A realidade é uma construção humana, sociohistórica. Ela existe no mundo real, mas a sua apreensão se dá pela elaboração do conhecimento científico. É preciso elaborar a interpretação conjunta do fenômeno e da essência. Significa desvendar as conexões existente nos fatos/ fenômenos humanos e naturais compreendendo as relações para além da aparência, ou seja, pela superação do saber de senso comum.

[...] O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo da aparência externa do fenômeno se desvenda a lei do fenômeno; por trás do movimento visível, o movimento real interno, por trás do fenômeno, a essência. [...] (KOSIK, 1976, p.16)

Portanto, conhecer e interpretar a realidade implica em destruir a ideia primeira da falsa ou pseudo realidade. O entendimento da realidade concreta destrói a aparência ou a parcialidade para construir pelo pensamento a dimensão de totalidade concreta. [...] “A destruição da pseudoconcreticidade é o processo de criação da realidade concreta e a visão da realidade, da sua concreticidade.” (KOSIK, 1976, p.19)

Esse é o papel ou a contribuição da ciência enquanto saber elaborado, sistematizado. Desvendar a essência, destruir a ideia primeira, imediata, aparente, para compreender o todo que está presente no fenômeno, na parte. Se a aparência e a essência das coisas/ fenômenos coincidissem diretamente, a ciência não seria necessária. A essência contém o movimento, as relações, as conexões. Segundo Marx: [...] “se os homens apreendessem imediatamente as conexões, para que serviria a ciência?” (Marx, Apud KOSIK, 1976:13). Aprender ou desvendar as conexões existentes entre os elementos sociais e naturais da realidade é papel da ciência. Ou ainda: [...] “toda ciência seria supérflua se a forma fenomênica e a essência coincidissem diretamente” (Marx, Apud KOSIK, 1976:13).

A realidade é movimento e atualidade e assim precisa ser interpretada e compreendida. A elaboração do conhecimento é um processo de aproximação da verdade. A essência ou a realidade concreta se torna visível quando construída

conceitualmente como totalidade pelo pensamento humano, ou seja, com a elaboração da síntese das muitas determinações.

Por meio da ciência é que se faz a análise do fenômeno. Mas o que é fazer a análise? Analisar implica ver as partes, decompor o todo para novamente reconstruí-lo, elaborando as conexões, compreendendo o movimento e a atualidade, ou seja, a dimensão de totalidade concreta. As palavras movimento e atualidade indicam que a realidade está sempre em formação, que o passado precisa ser apropriado enquanto processo e que o presente é sempre um momento do tempo real e de algum lugar.

[...] A realidade é um todo que buscamos apreender. Mas a totalidade é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer. O todo é algo que sempre está buscando renovar-se, para se tornar, de novo, um outro todo. Como desse modo apreendê-lo? [...] (SANTOS, 1997, p. 94)

Na Geografia trabalhar o processo, a forma e a função como categorias do método (SANTOS, 1985) significa ler o passado como *“acumulação de tempos”* materializados nas formas espaciais, na paisagem. Significa ler o presente, articulando forma e função, explicitando a atualidade do espaço geográfico, ou seja, interpretando o conjunto indissociável dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações.

Ao explicitar o entendimento de realidade enquanto apreensão conjunta do fenômeno e da essência, da realidade enquanto movimento e atualidade, ou seja, enquanto totalidade concreta, compreende-se que o todo não é tudo e nem a soma das partes. E sim, que o todo está na parte ou então que a parte contém o todo.

[...] O todo somente pode ser conhecido através do conhecimento das partes e as partes somente podem ser conhecidas através do conhecimento do todo. Essas duas verdades são, porém, parciais. Para alcançar a verdade total, é necessário reconhecer o movimento conjunto do todo e das partes, através do processo de totalização. [...] (SANTOS, 1997, p. 96)

Para fazer a leitura da realidade é necessário identificar a parte, fazer o recorte da realidade a ser estudada, pesquisada. Para a análise geográfica é preciso definir o recorte espacial ou a escala geográfica de localização e de interpretação e o recorte temático do estudo.

A Geografia apresenta adjectivações identificadas em grandes áreas temáticas, heranças da Geografia Clássica, as quais são validadas pelo saber acadêmico e curricular. É reconhecida a existência da Geografia Agrária, Urbana, da População, das Redes e Fluxos, da Geografia Econômica/ da Indústria, da Geografia Política e da Geografia Física, esta, contemplando o estudo sobre a natureza.

As áreas temáticas orientam e organizam os conteúdos curriculares na Educação Básica e no Ensino Superior, e ainda, os campos de trabalho dos pesquisadores da ciência geográfica. Tanto para o ensino como para a pesquisa o recorte temático, mesmo que referenciado as grandes áreas da Geografia, precisa ser mais específico tendo em vista os propósitos do estudo e a necessidade de identificar a parte da realidade a ser interpretada. O recorte específico do tema é a definição ou a delimitação do foco de investigação.

Os temas são parte da própria realidade e é preciso identificá-los como problemas de estudo. No estudo geográfico, estabelecer o recorte temático significa capturar a especificidade a ser desvendada no processo de produção do conhecimento. Novos temas específicos são, portanto, elaborados a partir dos contextos sociais e históricos dos sujeitos ou dos pesquisadores, na interação ou por meio dos referenciais conceituais e de método da ciência. Os temas têm a dimensão socioespacial, geográfica, na medida em que estão referidos a um lugar, região ou território.

Sobre os temas específicos e as áreas temáticas da Geografia

A definição dos temas específicos para as práticas docentes é uma etapa do planejamento escolar. As áreas temáticas da ciência geográfica enquanto organizadoras dos conteúdos identificam o tema amplo do qual podem derivar aqueles definidos como específicos. Os temas específicos são partes da realidade, da conjuntura, da atualidade. É preciso identificá-los, fazer escolhas para constituírem-se em objetos geográficos das práticas de ensino-aprendizagem. Neste item constam algumas indicações correspondentes a cada uma das áreas temáticas da Geografia, as quais podem ou devem ser elaboradas buscando sintonia com a realidade da escola ou da sala de aula.

Para o estudo do espaço agrário o conceito de sistemas agrícolas representa um paradigma metodológico. Está no uso mais ou menos intensivo dos fatores de produção, terra, capital e trabalho, o indicativo da presença maior ou menor de ciência, técnica e informação na atividade agrícola. Com essa referência o estudo pode focar na geografia da unidade produtiva agrária, ou seja, como se dá a organização espacial interna da propriedade considerando a realidade da agricultura familiar, do latifúndio tradicional ou da moderna empresa rural. Ou então, focar a unidade agrária e suas relações externas com o mercado, o capital bancário, as inovações tecnológicas, os movimentos sociais, as organizações cooperativas ou o Estado.

Com a referência metodológica estabelecida pode-se definir temas específicos para a organização das atividades de ensino em sala de aula. Temas relacionados com o uso de meios tecnológicos tais como: agricultura de ontem e de hoje; modernização, mecanização e uso de insumos químicos; a biotecnologia. Temas relacionados com as condições naturais do clima, do solo, da vegetação, do relevo e as práticas agrícolas. As relações de trabalho familiar ou empresarial, a comercialização da produção, o financiamento agrícola, o cooperativismo e os movimentos sociais no campo são outros assuntos que podem se constituir em temas de estudo.

Na Geografia Urbana são dois os focos de interpretação: a rede urbana e o espaço urbano. O estudo da rede urbana inclui o processo de urbanização, ou seja, a formação das cidades, as relações da cidade com o agrário e da cidade com a sua região e mundo extra regional. É necessário estudar o espaço urbano, ou seja, compreender a organização espacial da cidade, a morfologia ou a paisagem urbana atual e passada, os agentes que a produzem, o movimento e a atualidade da cidade.

Para o trabalho escolar são muitas as possibilidades temáticas. No estudo da rede urbana as relações rural-urbano oportunizam temas específicos sobre população agrária e população agrícola; a cidade e as novas funções relacionadas com as transformações no agrário regional, considerando as demandas com origem no consumo de bens e serviços pelas pessoas e nos consumos produtivos de equipamentos, insumos, conhecimentos técnicos e serviços bancários demandados pelas práticas agrícolas.

Sobre a organização do espaço urbano podem ser estudadas as diferenças entre bairros ou zonas da cidade em aspectos, tais como, saneamento, vias urbanas, iluminação pública, habitação e outras edificações. Podem ser identificados serviços urbanos, tais como, mobilidade urbana, localização e qualidade de bens coletivos de lazer, saúde e educação.

A indústria enquanto área temática da Geografia também compreende a interpretação da industrialização e dos processos industriais. Estudar a industrialização significa compreender a formação da sociedade industrializada ou os lugares industrializados. Estudar os processos industriais significa interpretar as formas de produção, os fatores de localização espacial das indústrias e os diferentes ramos industriais.

Nessa área temática o tema específico para o ensino-aprendizagem pode ser o estudo de uma organização industrial existente na localidade, região ou país. Estudar uma indústria ou um ramo agroindustrial, por exemplo, oportuniza compreender toda a

cadeia produtiva. Os conceitos de circuito de produção e círculo de cooperação constituem referência metodológica para interpretação. (SANTOS e SILVEIRA, 2001)

Estudar a localização, real ou hipotética, de estabelecimentos industriais considerando fatores tais como mercado de consumo, fontes de matérias primas e de energia, tecnologia, oferta de mão-de-obra qualificada, financiamento, acessibilidade a rede de transportes e comunicações. A partir do mapa temático da distribuição industrial encontrado no atlas escolar ou no livro didático tematizar as diferenças regionais de desenvolvimento industrial ou a constituição de polos industriais.

Fazer o estudo de um produto industrial como uma mercadoria pronta para ser comercializada e consumida é outra possibilidade de tema específico. Considerar e interpretar o caminho percorrido: o produto finalizado na fábrica, a origem da matéria-prima, as máquinas e instalações, as relações técnicas, sociais e territoriais de trabalho por meio das quais aconteceu o processo de produção.

O espaço geográfico também pode ser interpretado pela circulação dos homens, das mercadorias, do dinheiro e das informações. Estudar a circulação ou a geografia das redes e dos fluxos é essencial para compreender o movimento espacial e temporal da sociedade, as relações inter-regionais e intrarregionais.

Para estudar a circulação, considerando-se a periodização do território, o passado e a atualidade, do meio natural ao técnico-científico e informacional, são muitas as possibilidades temáticas. A natureza em tempos outros poderia se constituir em obstáculo ou em condição facilitadora de circulação. Um rio ou o relevo tem impacto maior em uma civilização com poucos meios técnicos, diferente de outra em que presença de ciência e tecnologia possibilita o desenvolvimento de modernos meios de transporte com a construção de pontes, túneis, aeroportos, etc. A atualidade do meio técnico-científico informacional contempla a existência de meios de transportes marítimos, fluviais, aéreos e terrestres que tornam as distâncias cada vez mais relativas. São tecnologias que possibilitam a comunicação e circulação de informações em tempo real, relativizando distâncias e mudando as relações entre lugares e pessoas.

Considerando o uso dos meios de transportes e comunicações muitos podem ser os temas de estudo. Por exemplo, tematizar a existência e o uso de caixa eletrônico ou do cartão de crédito, interpretando a dimensão socioespacial da rede bancária e da circulação de capitais é uma das possibilidades didáticas. Outra possibilidade pode ser o debate sobre as alternativas de transportes que atendem as necessidades de um país ou na escala mundial, considerar as opções de transportes marítimos, fluviais, aéreos e terrestres.

Outras tematizações podem ser delimitadas em situações de estudo identificadas pela presença (ou não) na cidade ou na região onde a escola está localizada, de lojas de departamentos ou filiais de redes de supermercados, ou ainda, de *shopping center* enquanto materialização local de relações comerciais e de consumo globalizadas.

O estudo da população pode ser transversal às demais áreas temáticas da Geografia. A população é tema de estudo quando interpretada integradamente com os processos de formação dos espaços da produção, da urbanização e da circulação. A Geografia atual supera a concepção de população em geral, a-histórica para conceber a interpretação de sujeitos sociais e históricos. A população é analisada enquanto população agrícola ou agrária, urbana, migrante, empregada ou desempregada, analfabeta ou alfabetizada, inserida ou não no mercado de consumo de bens duráveis e não duráveis, de serviços de saúde e de educação, de bens culturais e de informações.

Os temas didáticos e geográficos estão nas novas qualidades e quantidades que se manifestam na atualidade e constituem a historicidade da dinâmica populacional. As questões étnico-raciais presentes na formação da população de uma região ou país, as questões relacionadas com políticas públicas de inclusão social, tais como, cotas sociais e étnicas, políticas de planejamento familiar, de compensação de renda, os temas relacionados com as populações afrodescendentes e indígenas podem ser objetos didáticos da Geografia Escolar.

A estrutura etária e de gênero da população pode instigar estudos identificados com realidades relacionadas a população de idosos, crianças e adolescentes. Por meio do estudo de tais temas os conceitos de densidade demográfica, expectativa de vida, população ativa, migração, estrutura, distribuição e crescimento da população são contemplados.

O tema das fronteiras externas e das relações internacionais está relacionado com a dimensão política e geopolítica da ciência geográfica. Nessa perspectiva o estudo da geografia política como conteúdo escolar pode acontecer por meio de assuntos tais como: as nossas fronteiras e a formação do território brasileiro; as relações do Brasil com outros países ou os blocos geoeconômicos, o Brasil e o Mercosul. Ainda, pode-se tematizar o específico das relações socioespaciais em uma região de fronteira, pela existência de alfândega, ponte ou porto seco ou no estudo de assuntos como guerras, tráfico de drogas, terrorismo, movimentos políticos de direito ao território, de organizações econômicas (FMI, BRICs), políticas (ONU, OEA) e ambientais.

Estudar a organização política do território também pode ser instigador de temas didáticos. Questões como a criação de novas unidades da federação, tais como, Mato

Grosso do Sul ou Tocantins. Numa escala geográfica ainda mais específica o estudo de emancipações com a criação de novos municípios ou de regiões metropolitanas. No Brasil, conforme o IBGE, são estabelecidas 69 regiões metropolitanas, o número pode ser alterado a partir de definições político administrativas dos estados. Outros temas ainda podem estar relacionados com políticas de incentivos fiscais, pacto federativo, composição do Congresso Nacional.

O tema da natureza deve ser estudado pela Geografia Escolar. A Geografia Física estuda a localização, a gênese e a evolução dos objetos e eventos presentes na superfície terrestre, os quais dão forma às paisagens naturais. Para a Geografia Física são as combinações dos elementos naturais, rocha, relevo, solo, clima, água, flora e fauna que completam o objeto de estudo, ou seja, a paisagem natural. Outros campos científicos também estudam a natureza, considerando especificidades e promovendo a especialização disciplinar, como a Geologia, a Geomorfologia, a Pedologia, a Climatologia e a Hidrografia. A Geografia faz interações interdisciplinares dialogando com esses saberes específicos. Estudos focados nas particularidades disciplinares são possibilidades ou necessidades a serem contempladas nos currículos escolares da Educação Básica.

Incluir o estudo do movimento e atualidade da paisagem natural na Geografia Escolar, como perspectiva temática, é desafio presente. Para isso é necessário definir os assuntos, a partir dos quais se possam planejar Unidades Temáticas de ensino-aprendizagem.

Um caminho possível é a temática relativa aos desastres naturais. A temática objetiva o estudo de eventos naturais adjetivados de desastres naturais porque impactam sobre populações ou realidades socioespaciais específicas. Os desastres naturais podem ser classificados em: geofísicos como avalanches/ movimentos de massa, vulcões, terremotos; meteorológicos como furacões, tufões, tornados, secas, inundações, alagamentos, nevada; hidrológicos: tsunamis, inundações, enchentes, eventos que envolvem água; biológicos como maré vermelha, epidemias e infecções como gripe aviária, gripe suína e febre aftosa. Identificar assuntos relacionados com essa temática para trabalhar conteúdos escolares com foco nas dinâmicas da natureza é uma possibilidade a ser projetada.

Outra possibilidade de estudo são os domínios naturais considerando a perspectiva sistêmica de análise, ou seja, o geossistema. O tema pode ser a paisagem natural que identifica um determinado domínio. No Brasil, são identificados por Aziz Ab'Saber (2003) como domínios morfoclimáticos e fitogeográficos. Ou ainda, o estudo

pode abranger formações identificadas em escalas geográficas mais específicas, como o estudo de uma microbacia hidrográfica.

As definições temáticas e escalares para o ensino-aprendizagem do Brasil regional também são necessárias e pertinentes para a didática aqui proposta. As definições podem focar temas sobre realidades localizadas ou recortes regionais e ou sub-regionais. Algumas possibilidades são indicadas a seguir, dentre outras.

Para o conteúdo sobre a Região Nordeste as Unidades Temáticas podem ser elaboradas a partir de temas, tais como: Nordeste, nordestes – para estudar a diversidade socioespacial nordestina. Para o estudo de temas mais específicos pode-se recorrer a transposição do Rio São Francisco, a fruticultura irrigada no Vale do Rio São Francisco ou o turismo no Nordeste.

Sobre a região amazônica o tema pode ser a diversidade socioespacial com enfoque na expressão Amazônia, amazônias. O estudo de temas mais específicos pode abordar o Projeto Carajás, o Projeto Calha Norte, a Reserva Raposa do Sol, a Usina de Belo Monte, a Zona Franca de Manaus, dentre outros.

O Centro-Oeste pode ser estudado pelo processo de ocupação identificado como a Marcha para o Oeste incluindo a construção de Brasília. O estudo de sub-regiões como o entorno de Brasília (DF), ou o tema da expansão do agronegócio na região.

O estudo sobre a Região Concentrada pode ser o tema para construir o entendimento do porquê dessa denominação. Mas, também, as especificidades regionais identificam temáticas organizadoras dos processos de ensino-aprendizagem. São temas que tratam de especificidades regionais: a Megalópoles Rio de Janeiro-São Paulo; o porto de Santos; a indústria de laticínios em Minas Gerais; da extração à usina na exploração do minério de ferro; a mineração do carvão em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul; o turismo na Serra Gaúcha; araucárias e indústria madeireira no Paraná; especializações produtivas industriais: calçados no RS e SP, têxteis em SC e PR.

Sobre o tema específico no ensino de Geografia

Nas práticas de ensino de Geografia a elaboração do tema geográfico estabelece a relação da ciência e do ensino, o que significa a definição do tema escolar. O tema é a forma de aproximação da universalidade da ciência e da particularidade da vida do aluno, do professor e demais sujeitos da comunidade escolar. A escolha do tema é parte

do processo de planejamento do ensino-aprendizagem e deve ser feita com a participação dos sujeitos que fazem a educação escolar.

O tema está na realidade e no saber conceitual, informativo e metodológico da Geografia. O olhar geográfico é que vai identificar a forma de interpretação da realidade e a prática de ensino dará a forma escolar ao estudo.

Para a Geografia, a definição do tema significa estabelecer a periodização e os respectivos recortes espaciais e temáticos, ou seja, delimitar a parte da realidade que vai ser objeto da análise geográfica. Essa é a origem dos temas específicos do conteúdo escolar.

O tema indica a parte ou o recorte da realidade abstraído, pensado, analisado como objeto de estudo. Para a Geografia, cabe sempre perguntar: onde? Ou, até onde? (lugar ou a dimensão espacial); quando? (necessária relação temporal); e, o que? (definição temática). Pensar a ciência geográfica e o seu ensino implica em definições espaciais e temáticas.

Na Geografia Escolar é necessário elaborar, para o aluno, o sentido histórico-social do objeto geográfico e isso pode ser realizado por meio da didática fundamentada na Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 1987, 2005). O tema da Geografia deve ser convertido em tema da disciplina escolar, com significado para os sujeitos e será motivador de práticas de ensino pautadas no paradigma da construção social do conhecimento.

A Unidade Temática, o Projeto de Trabalho, a Situação de Estudo e o Estudo do Meio são formas de metodologias de ensino-aprendizagem identificadas com a proposição de trabalhar a partir de uma definição temática, mesmo que essa definição ocorra por caminhos não idênticos. (AZAMBUJA, 2011)

Na proposição da Unidade Temática o tema é construído com base na ciência, ou seja, no conteúdo escolar (científico) geográfico. Esse é um dos aspectos que sintoniza a forma didática com os fundamentos do método didático explicitados pela Pedagogia Histórico-Crítica (AZAMBUJA, 2018). Por meio do tema é elaborada a problematização da realidade ou da prática social.

A Pedagogia Histórico-Crítica define cinco momentos do processo didático: prática social, problematização, instrumentalização, catarse (produção) e novamente a prática social. Desenvolver o processo de ensino-aprendizagem na Geografia sob essa ótica é uma elaboração em construção e uma tarefa dos professores e pesquisadores da Área de Ensino dessa disciplina.

O primeiro momento, o da **prática social**, estabelece um diálogo entre o tema escolhido e a realidade com a finalidade de mobilizar o senso-comum dos alunos e o saber já elaborado do professor. Compreende o anúncio do que vai ser estudado. Por meio de técnicas ou dinâmicas didáticas os alunos são instigados a expressar o já sabido e a elaborar novos questionamentos. O diálogo inicial encaminha o momento seguinte, o da **problematização**.

A explicitação do conhecimento, ainda confuso e incompleto dos alunos é o ponto de partida para articular o saber de senso-comum e o conhecimento sistematizado. Problematizar é também completar a elaboração do tema, produzir a delimitação do que vai ser estudado, qual é o problema ou a situação-problema, o que promove a definição dos tópicos de estudo relacionados com o conteúdo programático em desenvolvimento. O recorte temático e escalar proposto inicialmente é elaborado como objeto geográfico de estudo.

As atividades problematizadoras, realizadas na sequência ou concomitantes com as atividades de resgate inicial da prática social precisam acontecer com o uso diversificado de recursos e linguagens dinamizadoras das práticas de ensino.

O tema de estudo elaborado como objeto geográfico nos momentos da prática social inicial e da problematização, possibilita a definição de tópicos ou itens organizadores do conteúdo para o ensino-aprendizagem. Esse é o momento da **instrumentalização**, no qual o tema é ampliado e analisado por meio do estudo-pesquisa de novas informações. Com a mediação do professor, o aluno desenvolve o estudo e a apropriação dos instrumentos, informações e conceitos científicos da área disciplinar da Geografia e, se pertinente, praticando interação interdisciplinar. O terceiro momento inclui, também, a diversidade de linguagens, de fontes de informações e de recursos didáticos. Nessa perspectiva, os tópicos do conteúdo, identificados e organizados pelos sujeitos da aprendizagem, são objetos de investigação na forma escolar.

A apropriação recriada do conhecimento pelos alunos é feita pelo estudo e pesquisa desenvolvidos na etapa da instrumentalização, ou seja, pelo acesso e a exposição didatizada das informações. A escola é o lugar de apropriação do saber elaborado, de acumular ou memorizar informações, mas não somente isso. É preciso aprender a trabalhar com as informações, fazendo a organização e a exposição das mesmas na forma de uma nova síntese, com a explicitação do conteúdo apreendido.

Chega-se então ao quarto momento, o da catarse, aqui denominado como o momento da **produção**. A compreensão do senso-comum manifestada na prática social inicial tem agora, na produção intelectual dos alunos, a elaboração recriada e

contextualizada historicamente. A produção pode servir-se de uma multiplicidade de formas didáticas como textos descritivos, narrativos ou dissertativos, desenhos, cartazes ou murais temáticos, portfólios e ou álbum comentado de notícias coletadas na mídia, registros e relatórios de trabalhos de campo, maquetes, mapas ou gráficos, além de sistematizações realizadas na forma de testes de aprendizagem.

O momento da produção finaliza o processo de ensino-aprendizagem internalizado na instituição escolar ou a função mediadora da escola. A finalidade escolar informativa e formativa foi realizada pela apropriação recriada do conteúdo estudado. O domínio desse saber, não mais somente de senso-comum, completa o processo educativo, qualificando os sujeitos para a **prática social**, quinto momento. A apropriação social e histórica do conhecimento implica na compreensão qualificada da realidade, instrumentalizando todos os envolvidos como protagonistas da construção ou transformação social.

Sobre o ensino-aprendizagem do tema específico

O ensino-aprendizagem da Geografia, considerando a escala geográfica e as indicações temáticas anteriormente esboçadas, contribui na capacitação das pessoas para a interpretação da realidade socioespacial. Observa-se que as citadas indicações temáticas precisam de mais detalhamento e aproximação com a realidade de cada escola e ou sala de aula. Essa afinação ainda mais específica acontece no processo de planejamento da Unidade Temática, ou seja, no momento que o tema é definido na particularidade ou singularidade pelos sujeitos envolvidos, alunos, professores e comunidade escolar.

Para o processo ser cumprido é necessário ou sugere-se cumprir alguns procedimentos, quais sejam:

- a. Ter a definição de qual conteúdo vai ser estudado. No cotidiano escolar esse momento se refere ao(s) item(s) do conteúdo programático. Na disciplina de Geografia está referido a uma das áreas temáticas desta ciência e, também, a determinada escala geográfica;
- b. No momento seguinte o professor(a) precisa estudar o conteúdo. Ler a Unidade/capítulos do livro didático, buscar e estudar outras fontes bibliográficas impressas e ou virtuais com a finalidade de ampliar suas informações. Nesse estudo, que é parte do processo de planejamento, o docente pode ou deve encontrar

possibilidades temáticas de aproximação com a realidade vivida pela comunidade escolar. Também precisa estar atento para as possíveis delimitações do tema, as atividades e os recursos didáticos. Anotar, registrar essas possibilidades;

- c. Definido o conteúdo programático e a escolha do tema específico como a parte da realidade que se constituirá na centralidade articuladora do conhecimento, ou seja, das necessidades de aprendizagem dos alunos, pode-se projetar a Unidade Temática, com o planejamento de tempo médio de aproximadamente 20 horas aula. Com a referência de tempo médio estabelecida, articulam-se os planos de aula, ou seja, o planejamento do tempo curto, aula do dia ou aulas da semana; e
- d. Planejar a aula é a ação que deriva da Unidade Temática. É o momento de detalhar o que vai ser executado no processo de ensino-aprendizagem. Planejar cada aula ou duas, três ou quatro aulas que explicitam uma sequência de atividades significa detalhar o processo didático com os recursos e as orientações para a prática docente.

A simulação, a seguir, destacando o conteúdo da cidade ou do espaço urbano objetiva subsidiar a reflexão proposta no presente texto. O tema específico sugerido ou escolhido pelo professor(a) é o da mobilidade urbana.

A mobilidade urbana compreende o movimento das pessoas de um ponto a outro do espaço urbano, considerando a organização do sistema de transportes e das características sociais e econômicas da população do lugar em estudo. Sistemas de transportes inclui o conjunto de veículos motorizados ou não, coletivos ou individuais, públicos ou privados, e que é utilizado nos deslocamentos conforme características e necessidades dos usuários.

Essa definição expressa a abrangência do tema da mobilidade urbana. Para elaborar a aproximação didática e possibilitar a motivação para o estudo o recorte pode ser ainda mais específico, ampliando o interesse e o questionamento dos alunos. No estudo sobre a mobilidade urbana o recorte pode ser: alternativas de ir e vir, pela ciclovia, pela rua, avenida ou trilhos.

O tema de estudo é a priori uma escolha docente, a partir da qual os momentos da prática social e da problematização são efetivados enquanto etapas do processo de ensino-aprendizagem. Como afirmado, o tema específico é ainda uma escolha docente e ele precisa tornar-se uma escolha ou apropriação discente. Os alunos precisam compreendê-lo como de seu interesse, para constituir-se no tema didático de estudo-pesquisa.

Com o uso de um recurso didático (texto, imagem, uma técnica ou dinâmica de aula) o saber de senso comum dos alunos pode ser mobilizado, iniciando o momento da prática social. Um leque de afirmações e questões poderão surgir: o que é, quem, o que, como, quanto, quando e por que da mobilidade urbana, das pessoas movimentarem-se nas cidades; se a mobilidade acontece do mesmo modo ou é diferente em cidades pequenas, médias, grandes; como acontece na cidade/ bairro onde a escola está localizada. O tema pode ser ainda mais recortado, tratar do deslocamento de pessoas por meios não motorizados, destacando o seu uso e a existência ou não de infraestrutura adequada: a cidade oferece ciclovias? É possível existir ou é viável, resolve, atende às necessidades? Complementa outros tipos de transporte com vantagens, desvantagens?

Da atividade inicial constrói-se, na sequência ou concomitante, o momento da problematização. Do leque aberto de questões encaminha-se para uma pergunta foco ou para itens que identifiquem e contextualizem o tema proposto, selecionando e organizando o conteúdo a ser estudado. Procedendo a articulação do saber de senso comum e os itens do conteúdo programático, o saber da Geografia.

Nesse conteúdo estará provavelmente incluída a organização do espaço urbano que justifica as necessidades de transporte para a mobilidade da população considerando: os lugares onde as pessoas moram, estudam, trabalham e se divertem; as razões do por que moram longe e não perto; os tipos de mobilidade que o sistema de transportes oferece e como se dá o acesso a essas possibilidades; a infraestrutura urbana de vias, ciclovias, ferrovias, terminais de transportes coletivos.

O estudo do conteúdo oportunizará a ampliação de informações e a explicitação de novo entendimento sobre o tema. É o momento da instrumentalização, referenciado na processualidade didática da Pedagogia Histórico-Crítica. Completado com o momento da produção ou da síntese, que se dá pela elaboração das atividades de exposição na forma dos trabalhos escolares realizados com essa finalidade.

O conteúdo programático sobre a cidade não necessariamente se encerra com o estudo do tema aqui explicitado. Outros temas podem ou devem ser contemplados. É importante lembrar que esse ou outros temas identificados como específicos, ao serem trabalhados didaticamente, se constituem em partes que contém o todo cidade. Quer dizer, estudar a mobilidade urbana oportuniza ou exige um olhar e uma interpretação sobre toda a cidade.

O tema específico pode ser o recurso didático para a apropriação de informações e conceitos, elaborando a interpretação contextualizada da realidade e cumprindo a função estratégica de ser o foco integrador e motivador do estudo. A forma proposta de

Unidade Temática oportuniza a apropriação de novo patamar de compreensão com a função integradora e organizadora do ensino-aprendizagem.

Considerações finais

A renovação didática da Geografia Escolar coloca a necessidade de refletir sobre os caminhos possíveis para as práticas de ensino-aprendizagem. Constata-se que não é suficiente a inclusão de recursos e de atividades didáticas diferenciadas para que as mudanças se efetivem com a amplitude necessária. É preciso ir além e promover mudanças de conteúdo-forma na Geografia Escolar.

Trabalhar com metodologias de ensino, que contemplem uma perspectiva temática, pode ser a alternativa. Significa organizar os estudos com base em temas definidos, na relação da realidade com os conteúdos programáticos. É a estratégia sugerida para a superação das concepções conteudistas no ensino de Geografia.

No cotidiano escolar são constatadas dificuldades para implementar tais metodologias de ensino e, dentre elas, a de elaborar o tema específico enquanto objeto de estudo a ser desenvolvido nas práticas de sala de aula. Entender o significado da palavra tema no contexto de uma didática renovada, e mais, como se dá a elaboração nas práticas de planejamento e realização da docência é a centralidade da discussão aqui encetada.

Assim, o tema como a parte que contém o todo ou a totalidade concreta a ser compreendida pela elaboração do conhecimento sistematizado é o conteúdo do primeiro item. A seguir tratou-se da explicitação de algumas das possibilidades temáticas relacionadas com os conteúdos programáticos da Geografia Escolar. Após, foi explicitada a processualidade dos cinco momentos definidos pela Pedagogia Histórico-crítica enquanto fundamento compatível com essa proposição didática. No item seguinte foram situados alguns procedimentos para a elaboração do planejamento da Unidade Temática, projetando o trabalho da sala de aula sobre a mobilidade urbana e contemplando o estudo do conteúdo da organização do espaço urbano, ou seja, o interno da cidade.

A ciência geográfica é a referência para o conteúdo curricular da Geografia Escolar. A Escola é o lugar onde os sujeitos sociais tem a possibilidade de acesso ao saber elaborado. Mas a forma escolar precisa atender a finalidade formativa e para isso é preciso, também, reconstruir didaticamente o conteúdo escolar, estabelecendo as

interações com o meio socioespacial. O tema de estudo como aqui pensado está na raiz dessa nova forma e finalidade escolar.

Referências Bibliográficas

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios da natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AZAMBUJA, Leonardo Dirceu de. Metodologias cooperativas para ensinar e aprender Geografia. In.: CALLAI, Helena Copetti (Org.) **Educação geográfica**: reflexões e práticas. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2011, p.185 – 210.

_____. **A Geografia do Brasil na Educação Básica**: Uma didática para o ensino da formação socioespacial brasileira. Curitiba: CRV, 2018.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SANTOS, Milton. Estrutura, processo, função e forma como categorias do método geográfico. In.: **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985, p. 49-59.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 15. ed. São Paulo: Autores Associados, 1987.

_____. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 9. ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.

Recebido em 09 de outubro de 2018.

Aceito para publicação em 20 de junho de 2019.